

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 963.921 - RS (2016/0207963-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE JAMAL BATISTA E OUTRO(S) - SP138060  
ADRIANO JAMAL BATISTA - SP182357  
ALEINO JUSSIÊ GOI - RS080898  
**AGRAVADO** : MINERACAO REI DA AREIA LTDA - EPP  
**ADVOGADO** : AQUILES GIOVELLI - RS006967

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 211 do STJ e 283 do STF e da ausência de violação do art. 535 do CPC/1973 (e-STJ fls. 297/305).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 205):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. PARTE LÍQUIDA E ILÍQUIDA. PEDIDO DE TRÂMITE CONCOMITANTE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA PARTE LÍQUIDA E DA LIQUIDAÇÃO DA PARTE ILÍQUIDA. POSSIBILIDADE. ARTIGO 475- I, §2º, DO CPC.

É possível o trâmite concomitante do cumprimento de sentença da parte líquida e da liquidação da parte ilíquida de sentença condenatória transitada em julgado. Inteligência do artigo 475-I, §2º, do CPC.

Precedentes.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 225/230).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 237/251), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente alegou ofensa ao art. 535 do CPC/1973. Argumentou que, "ao analisar a questão levada a julgamento o E. Tribunal de origem se limitou a discutir a previsão legal acerca da possibilidade de prosseguimento simultâneo da execução da parte líquida e ilíquida da sentença, sem analisar as especificidades do caso – ausência de autos apartados – e desconsiderando a previsão do art. 125 do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 245).

Suscitou, ainda, contrariedade ao art. 125 do CPC/1973. Defendeu que "não poderia ter sido impedido o MM. Juiz de dirigir o processo segundo o seu entendimento, o que denota a negativa de vigência ao art. 125 do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 249).

No agravo (e-STJ fls. 308/326), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A recorrida apresentou contraminuta (e-STJ fls. 344/352).

É o relatório.

Decido.

A insurgência não merece prosperar.

De início, observa-se que não há falar em violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022, parágrafo único, I e II, do CPC/2015, pois o Tribunal de origem se pronunciou, de forma clara e fundamentada, sobre todas as questões relacionadas ao prosseguimento simultâneo da execução da parte líquida e ilíquida da sentença. Confira-se:

**Acórdão recorrido (e-STJ fls. 207/208):**

Compulsando os autos, verifica-se que o julgador de primeiro grau entendeu por bem suspender a liquidação da parte ilíquida até que se resolvesse o cumprimento de sentença da parte líquida.

Ocorre que tal providência afronta diretamente a redação do §2º, do artigo 475 –I, do Código de Processo Civil que estabelece que quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

Portanto, já havendo sido resolvida a questão quanto à execução da parte líquida e ilíquida da sentença se dar nos mesmos autos, tenho ser direito do credor que a liquidação da parte ilíquida tramite de forma simultânea ao cumprimento de sentença da parte líquida.

No mesmo norte, precedentes desta Corte:

(...)

Destarte, entendo que procede a insurgência da agravante, devendo ser reformada a decisão de primeiro grau, a fim de possibilitar o desenrolar da perícia para aferir o montante da condenação da parte ilíquida da sentença de forma concomitante ao cumprimento da sentença da parte líquida, uma vez que assim estabelece a lei e a jurisprudência.

**Acórdão dos aclaratórios (e-STJ fls. 227/228):**

Como visto, não há falar em omissão, uma vez que a questão do tramitar da liquidação da parte líquida e da parte ilíquida da sentença ocorrer em autos apartados ou nos mesmos autos, já foi tratada quando do julgamento do Agravo de Instrumento nº 70061778064. Assim, operada a preclusão consumativa da matéria.

Há que se ter sempre presente que vigora no nosso ordenamento processual cível o princípio da livre persuasão racional, tal como preconizado no art. 131 do Código de Processo Civil. De acordo com o aludido preceito não está o julgador obrigado a se manifestar sobre cada um dos dispositivos legais deduzidos pelas partes.

Frente a tais razões a jurisprudência pátria, modo uniforme, vem asseverando que o Magistrado não está obrigado a julgar a lide de acordo com os artigos de lei citados pelas partes e nem está compelido, quando do exame da causa, a referir, um a um, os dispositivos legais e argumentos invocados.

Ressalte-se que a adoção de posicionamento contrário aos interesses da parte não se confunde com obscuridade, contradição, omissão ou negativa de prestação jurisdicional.

Além disso, a Corte local não está obrigada a rebater, um a um, os argumentos apresentados, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, ainda que em sentido diverso do sustentado pela parte, como de fato ocorreu. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, examinar violação de dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao

Pretório Excelso, no âmbito do recurso extraordinário. Precedentes.

2. Violação ao artigo 535 do CPC/1973 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma clara e fundamentada, não estando o julgador obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litúgio. Precedentes.

3. Pretensão voltada à majoração do valor fixado a título de dano moral. Inviabilidade. *Quantum* indenizatório arbitrado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que não se distancia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.424.969/AM, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 12/6/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO E IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. REVISÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litúgio.

(...)

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 709.499/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/5/2017, DJe 1º/6/2017.)

De outro lado, verifica-se que a parte, no especial, não impugnou o fundamento utilizado pelo colegiado estadual de que "a questão do tramitar da liquidação da parte líquida e da parte ilíquida da sentença ocorrer em autos apartados ou nos mesmos autos, já foi tratada quando do julgamento do Agravo de Instrumento nº 70061778064. Assim, operada a preclusão consumativa da matéria" (e-STJ fl. 227).

Tal fundamento é mais do que suficiente, por si só, para manter o acórdão recorrido.

Há incidência, portanto, da Súmula n. 283/STF.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator